

Conselho Nacional de Justiça



PROPORCIONALIDADE PENAL

MONITORAÇÃO ELETRÔNICA



FAZENDO JUSTIÇA



CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Breve descrição

A ação tem como objetivo a articulação dos atores centrais da política de monitoração eletrônica e o apoio na disseminação de diretrizes, subsídios técnicos e procedimentos, de acordo com a Resolução CNJ nº 412/2021, para o acompanhamento da medida de monitoração. As medidas serão orientadas com vistas a garantir os direitos fundamentais da pessoa monitorada, bem como o cumprimento dos seus deveres.

Entrega principal

- ✓ **Qualificação dos serviços de monitoração eletrônica.**



Ações previstas

- Aprimoramento dos serviços de monitoração, incluindo as Centrais de Monitoração Eletrônica e as Varas Judiciais que atuam na temática
- Processos formativos para magistratura e servidores
- Ações de disseminação e comunicação

ETAPAS



NACIONAL

- Diretrizes e estudos para a **qualificação da monitoração eletrônica** no Brasil
- **Processos formativos** para magistratura e servidores que atuam no campo da monitoração eletrônica

ESTADUAL

- Qualificação das **Varas e das Centrais de Monitoração Eletrônica**
- Apoio técnico com vistas à implementação de **equipes multidisciplinares** nos serviços de monitoração eletrônica
- Articulação dos Tribunais de Justiça, Ministério Público, Defensorias Públicas e Poder Executivo para o **aprimoramento das políticas estaduais de monitoração eletrônica**
- Pactuação de **atos normativos e termos de cooperação** entre os atores envolvidos

MUNICIPAL

- Articulação de redes locais, com foco no **atendimento multidisciplinar**, para o acompanhamento da medida de monitoração eletrônica
- **Parcerias com as políticas municipais** para encaminhamento do público



Saiba mais sobre o Fazendo Justiça e acesse o mapa das ações



FAZENDO JUSTIÇA

